

OFÍCIO NÚMERO: 006/2023.

São Paulo/SP, em 17 de abril de 2023.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
Rua Anhanguera, nº 1.155, Jardim Morumbi,
Birigui – SP

A/C

ROGÉRIO VENÍCIUS COSTA FERNANDES – FISCAL DO CONTRATO
SECRETÁRIO DE OBRAS

Referente: Contrato Nº. 10.694 / 2023 – Readequação e atualização dos Projetos e Prevenção e Combate Contra Incêndio (PCCI) e elaboração de Projetos Básicos Executivos, contemplando Documentos Técnicos, Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias ou Planilha de Quantitativos e Custos, Planilhas de Composição de Custos Unitários de Serviços, Memoriais Descritivos, Memórias de Cálculos e Cronogramas Físicos-Financeiros visando futura execução de obra de conclusão dos serviços de adequação dos prédios escolares, bem como os anexos que integram este Edital (Art. 40, I - Lei 8.666/93).

Assunto: Comunicado de entrega de projetos e pacote técnico.

Prezados Senhores,

Comunicamos a entrega dos Projetos Técnicos de Prevenção e Combate Contra Incêndio (PCCI), bem como Documentos Técnicos, das edificações listadas a seguir. Esclarecemos que os PCCI's das edificações em questão dispensam a análise e aprovação por parte do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), por possuírem área inferior à 1.500 m², enquadrando-se, portanto, como Projeto Técnico Simplificado (PTS), devendo-se submeterem ao processo de regularização constante na Instrução Técnica Nº 42/2020 - Projeto Técnico Simplificado (PTS).

Conforme item 6.3.1 da IT Nº 42/2020, “as edificações e áreas de risco classificadas como PTS, nos termos do item 5.1 desta IT, não devem apresentar Projeto Técnico para análise, submetendo-se apenas ao processo de vistoria para fins de obtenção do AVCB, aplicando-se subsidiariamente o disposto na IT 01 – Procedimentos administrativos”. Anexamos ao final deste documentos os trechos da referido IT para conhecimento.

Item	Edificação	Endereço	Área (m²)
1	EMEI Profª Darcy Garcia Gavira	R. José Vieira, 334 - Núcleo Hab. Thereza Maria Barbieri, 16203-227	629,83
2	CEI Ana Souto Trevisan	R. Eduardo Ibanhez, 366 - Jardim Costa Rica, 16202-023	510,83
3	CEI Fatima Hamud Nakad	Rua Gino Trevisan, 229 - Novo Jardim Toselar, 16204-166	1.036,75

MINERVA

ENGENHARIA LTDA

Item	Edificação	Endereço	Área (m²)
4	CEI Profª Maria Cecília de L. J. Maroni	R. Waldomiro Rotondaro, 2350, 16201-340	1.222,12
5	CEI Pulcina Moutinho Gonçalves	Rua Silvio Marcelino da Silva, 450 - Alto Colinas, 16207-028	1315,67
6	EMEI Prof. Oduvaldo Dossi	Rua Bahia, 1.573 - Jardim São Braz, Birigui/SP, CEP 16202-045	460,30
7	EMEI Parque Mickey II	Rua Itororó, 188 - Jardim Icaray, 16200-790	234,00

Sendo o que temos a informar no momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,

MARCOS ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL
ENGENHEIRO CIVIL - CREA: 5070605312-SP

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Corpo de Bombeiros

INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 42/2020

Projeto Técnico Simplificado (PTS)

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Aplicação
- 3 Referências normativas e bibliográficas
- 4 Definições
- 5 Classificação das edificações e áreas de risco
- 6 Procedimentos para regularização das edificações e áreas de risco
- 7 Procedimentos para regularização da atividade econômica
- 8 Prescrições diversas
- 9 Exigências para Projeto Técnico Simplificado (PTS)

ANEXOS

- A Fluxograma para regularização no CBPMESP
- B Dados para o dimensionamento das saídas de emergência
- C Distâncias máximas a serem percorridas
- D Classes dos materiais de acabamento e de revestimento
- E Afastamentos de segurança para central de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)
- F Sistema de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio

4.10 Empresário: pessoa que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.

4.11 Empresa sem estabelecimento: atividade econômica exercida exclusivamente em dependência de clientes ou contratantes (ex.: pintor, encanador, pedreiro, eletricitas), em local não edificado (ex.: veículo, trailer, barraca), ou na própria residência do empresário.

4.12 Estabelecimento empresarial: local que ocupa, no todo ou em parte, uma edificação ou área de risco individualmente identificada, onde é exercida atividade econômica por empresário individual ou sociedade empresarial, de caráter permanente, periódico ou eventual.

4.13 Fiscalização: ato administrativo, decorrente do exercício do poder de polícia, pelo qual os Corpo de Bombeiro Militares verificam a implementação e manutenção das medidas de segurança contra incêndio e emergências de uma edificação, área de risco ou estabelecimento empresarial.

4.14 Licença de funcionamento: etapa do procedimento de registro e legalização, presencial ou eletrônica, que conduz o interessado à autorização para o exercício de determinada atividade econômica. Esta licença difere da regularização da edificação ou área de risco emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar como um todo.

4.15 Mezanino: pavimento que subdivide parcialmente um andar em dois andares. Será considerado como andar ou pavimento, o mezanino que possuir área maior que um terço (1/3) da área do andar subdividido.

4.16 Microempreendedor Individual (MEI): empresário individual com faturamento anual pré-estabelecido de acordo a Lei Complementar nº 123/2006, sem participação em outra empresa como sócio ou titular, com no máximo um empregado contratado e que atenda às demais disposições legais.

4.17 Pavimento: plano de piso do andar de uma edificação ou área de risco.

4.18 Processo de Segurança contra Incêndio: processo de regularização das edificações e áreas de risco, para fins de emissão da licença do Corpo de Bombeiros Militar, que compreende a análise de projeto e a vistoria técnica de regularização das edificações e áreas de risco.

4.19 Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM: política pública que estabelece as diretrizes e procedimentos para simplificar e integrar o procedimento de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária, criada pela lei federal nº 11.598/2007.

4.20 Subsolo: pavimento situado abaixo do perfil do terreno. Não será considerado subsolo o pavimento que possuir ventilação natural para o exterior, com área total superior a 0,006 m² para cada metro cúbico de ar do compartimento, e tiver sua laje de cobertura acima de 1,20 m do perfil do terreno.

5 CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO

5.1 A edificação deve ser enquadrada nas regras de Projeto Técnico Simplificado (PTS), quando atender aos seguintes requisitos cumulativamente:

5.1.1 Possuir até 750 m² de área construída com, no máximo, três pavimentos ou até 1.500 m² de área construída com, no máximo, 6 m de altura.

5.1.1.1 São desconsiderados para o cômputo da área:

- a. telheiros, com laterais abertas, destinados à proteção de utensílios, caixas d'água, tanques e outras instalações desde que não tenham área superior a 10 m²;
- b. platibandas e beirais de telhado com até três metros de projeção;
- c. passagens cobertas, de laterais abertas, com largura máxima de três metros, destinadas apenas à circulação de pessoas ou mercadorias;
- d. coberturas de bombas de combustível e de praças de pedágio, desde que não sejam utilizadas para outros fins e sejam abertas lateralmente em pelo menos 50 % do perímetro;
- e. reservatórios de água, escadas enclausuradas e dutos de ventilação das saídas de emergência;
- f. piscinas, banheiros, vestiários e assemelhados.

5.1.1.2 Os subsolos destinados exclusivamente para estacionamento de veículos não são considerados no cômputo da altura da edificação.

5.1.1.3 Para as edificações que possuam desconto de áreas, pode ser exigida a documentação comprobatória de área da construída.

5.1.2 Não possuir subsolos ocupados destinados a local de reunião de público (Grupo F), independente da área; bem como qualquer outra ocupação, diversa de estacionamento de veículos, com área superior a 50 m²;

5.1.3 Ter lotação máxima de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas, quando se tratar de local de reunião de público (Grupo F);

5.1.4 Ter, no caso de comércio de gás liquefeito de petróleo - GLP (revenda), armazenamento de até 12.480 Kg (equivalente a 960 botijões de 13 kg);

5.1.5 Armazenar, no máximo, 20 m³ de líquidos inflamáveis ou combustíveis, em tanques aéreos ou de forma fracionada, para qualquer finalidade;

5.1.6 Armazenar, no máximo, 10 m³ de gases inflamáveis em recipientes transportáveis ou estacionários, para qualquer finalidade; e

5.1.7 Não manipular ou armazenar produtos perigosos à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, tais como: explosivos, fogos de artifícios, peróxidos orgânicos, substâncias oxidantes, substâncias tóxicas, substâncias radioativas, substâncias corrosivas e substâncias perigosas diversas.

5.1.7.1 Podem ser classificadas como PTS as edificações ou área de riscos que comercializam agrotóxicos, substâncias (sólidas ou líquidas) oxidantes, corrosivas, e perigosas diversas, desde que termicamente estáveis e não explosivas, nos casos em que o estoque é limitado à quantidade necessária para a atividade.

5.2 A edificação enquadrada como PTS deve ser regularizada por meio de Certificado de Licença do Corpo

de Bombeiros Militar (CLCB), quando atender aos seguintes requisitos cumulativamente:

5.2.1 Possuir área total construída menor ou igual a 750 m², podendo-se desconsiderar para o cômputo da área:

5.2.1.1 Coberturas de bombas de combustível de postos de abastecimento e serviço;

5.2.1.2 Praças de pedágios;

5.2.1.3 Piscinas;

5.2.1.4 Área destinada à residência unifamiliar com acesso independente direto para a via pública.

5.2.2 Não comercializar ou revender gás liquefeito de petróleo – GLP (Revenda).

5.2.3 Utilizar ou armazenar no máximo 190 kg de gás GLP (Central), para qualquer finalidade;

5.2.4 Não possuir quaisquer outros gases combustíveis armazenados em recipientes transportáveis ou estacionários, exceto para a divisão G-4, limitando-se a 01 cilindro de acetileno;

5.2.5 Armazenar ou manipular, no máximo, 1.000 litros de líquidos combustíveis ou inflamáveis em recipientes ou tanques aéreos, sendo aceito qualquer quantidade exclusivamente para armazenamento em tanques enterrados; e

5.2.6 Não ter na edificação as seguintes ocupações:

- a. Grupo A, divisão A-3^(A) com mais de 16 leitos;
- b. Grupo B, divisão B-1 com mais de 40 leitos;
- c. Grupo D, divisão D-1, que possua “Call center” com mais de 250 funcionários;
- d. Grupo E, divisões: E-5^(B) e E-6
- e. Grupo F, divisões: F-3, F-5, F-6, F-7, F11^(C);
- f. Grupo H, divisões: H-2, H-3 e H-5.

Nota:

(A) Residência geriátrica: Habitação onde o idoso não exige cuidados especiais de profissional ou terceiros. Caso requeira cuidados por incapacitação física ou mental, classifica-se como divisão H-2 (Asilos).

(B) Classificam-se como divisão E-5 os locais onde exista permanência de crianças até 6 anos, mesmo que apenas durante o período diurno. Ex: Espaços infantis, centros comunitários, brinquedotecas e assemelhados.

(C) Edificações que possuam ocupação com local de reunião de público devem ser enquadradas como Grupo F.

6 PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO

6.1 Todas as edificações e áreas de risco necessitam ser regularizadas perante o Corpo de Bombeiros Militar, exceto as constantes no § 1º, do artigo 4º, do Decreto Estadual nº 63.911 de 2018.

6.2 Projeto Técnico

6.2.1 As edificações e áreas de risco não classificadas como PTS, nos termos do item 5.1 desta IT, devem ser regularizadas por meio de Projeto Técnico (PT), nos termos da IT 01 – Procedimentos administrativos, com aprovação prévia de planta das medidas de segurança contra incêndio e vistoria do Corpo de Bombeiros Militar.

6.2.2 As edificações e áreas de risco que necessitam de comprovação de isolamento de risco, conforme parâmetros da IT 07 - Separação entre edificações (isolamento de risco) também devem ser regularizadas por meio de Projeto Técnico.

6.3 Projeto Técnico Simplificado com emissão de AVCB

6.3.1 As edificações e áreas de risco classificadas como PTS, nos termos do item 5.1 desta IT, não devem apresentar Projeto Técnico para análise, submetendo-se apenas ao processo de vistoria para fins de obtenção do AVCB, aplicando-se subsidiariamente o disposto na IT 01 – Procedimentos administrativos.

6.3.2 As exigências de segurança contra incêndio para estas edificações são previstas no item 08 desta IT e nas Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar.

6.3.3 São requisitos para regularização das edificações enquadradas no item 5.1 desta IT:

- a. preenchimento do Formulário de Segurança contra Incêndio no portal do Via Fácil Bombeiros;
- b. apresentação de comprovante de responsabilidade técnica referente à instalação e/ou manutenção dos sistemas de segurança contra incêndio;
- c. apresentação de comprovante de responsabilidade técnica referente ao dimensionamento das saídas de emergência, para edificação do Grupo F;
- d. apresentação de comprovante de responsabilidade técnica sobre os riscos específicos existentes na edificação e área de risco, tais como: controle de material de acabamento e revestimento, gases combustíveis, vasos sob pressão;
- e. apresentação de atestado de formação de brigada de incêndio, para edificações pertencentes às Divisões H-2, H-3 ou H-5;
- f. recolhimento de taxa correspondente ao serviço de segurança contra incêndio.

6.3.4 O Formulário de Segurança contra Incêndio e demais documentos comprobatórios devem ser digitalizados e encaminhados por *upload*, contendo a certificação digital do responsável técnico ou da empresa responsável pela instalação ou pela manutenção das medidas de segurança contra incêndio.

6.3.5 Um único comprovante de responsabilidade técnica pode ser apresentado caso os serviços sejam prestados pelo mesmo responsável técnico, desde que os serviços sejam discriminados expressamente.

6.3.6 O protocolo de vistoria deve ser disponibilizado no portal do Via Fácil Bombeiros, após o reconhecimento do pagamento da taxa correspondente ao serviço e a apresentação por meio de *upload* dos documentos obrigatórios.

6.3.7 O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) deve ser emitido depois da aprovação do processo de vistoria da edificação ou área de risco.

6.3.8 Em caso de reprovação da vistoria é permitida uma única solicitação de retorno nos termos da IT 01 – Procedimentos administrativos.

6.3.9 Eventual solicitação no curso do processo, pode ser protocolado por meio Formulário de Atendimento Técnico (FAT), nos termos da IT 01 – Procedimentos administrativos.

6.3.9.1 As alterações solicitadas não podem acarretar na descaracterização do processo de PTS.

6.4 Projeto Técnico Simplificado com emissão de CLCB

6.4.1 As edificações e áreas de risco enquadradas no item 5.2 desta IT devem ser regularizadas junto ao Corpo de Bombeiros Militar por meio dos procedimentos a seguir, aplicando-se subsidiariamente o disposto na IT 01 – Procedimentos administrativos.